

## A Importância dos Símbolos Nacionais e a Figura do Presidente da República em Moçambique



### Introdução

Em Moçambique, desde a Primeira República, consolidou-se a prática de exibir a fotografia oficial do Presidente da República em todas as instituições públicas. Ao longo do tempo, essa prática passou a ser interpretada como uma estratégia de reafirmação da autoridade presidencial diante do funcionalismo público, além de servir para consolidar a imagem do Chefe de Estado. Contudo, é fundamental

reflectir sobre os impactos dessa prática num país jovem, cuja democracia ainda está em processo de consolidação e que frequentemente enfrenta eleições contestadas e crises políticas internas<sup>1</sup>.

O Estado moçambicano possui símbolos que representam a nação de forma unificadora, conforme estipulado no Artigo 13 da Constituição da República: a bandeira, o emblema e o hino nacionais. Ess-

<sup>1</sup> Por exemplo, Moçambique enfrenta, desde o mês de Outubro de 2024, uma crise pós-eleitoral sem precedentes desde a sua fundação como Estado. Este contexto resultou em mais de 500 mortes, em decorrência de manifestações contra a fraude eleitoral nas eleições de 9 de Outubro de 2024, convocadas pelo líder da oposição, Venâncio Mondlane. As eleições resultaram na eleição de Daniel Francisco Chapo como o quinto Presidente da República.



es símbolos devem, idealmente, representar valores comuns que transcendem as divisões políticas ou ideológicas, unificando todos os cidadãos. O Presidente da República, enquanto figura central, deve ser o garante da Constituição e actuar como defensor dos valores e princípios representados por esses símbolos.

Contudo, a prática de exibir a imagem do presidente em exercício como o símbolo central do Estado pode ser problemática, especialmente num contexto democrático marcado por instabilidade política<sup>2</sup> e desconfiança social. Em contextos de polarização<sup>3</sup>, como os que frequentemente caracterizam a realidade política de Moçambique, o presidente pode não ser visto como uma figura unificadora, mas como um elemento que exacerba divisões. Em princípio, as fotografias oficiais deveriam servir para reforçar a ideia de que, apesar das divergências políticas, há um consenso social acerca da legitimidade das instituições democráticas<sup>4</sup>. No entanto, num ambiente polarizado, essa simbologia pode ser interpretada como um reflexo das tensões e divisões políticas existentes.

Adicionalmente, o cargo de presidente é, por natureza, multifacetado e, em certo sentido, ambíguo: por um lado, o presidente é o Chefe de Estado, representando a unidade nacional e sendo o símbolo da continuidade do Estado; por outro, ele é também um líder político, identificado com uma opção partidária específica. Quando o presidente lidera uma coligação multipartidária, sua posição pode reflectir uma dinâmica ainda mais complexa, como evidenciado em exemplos de sistemas políticos onde o Chefe de Estado deve negociar e conciliar interesses dentro de uma coligação eleitoral<sup>5</sup>, como ocorre na recente experiência política da África do Sul.

A democracia, por definição, é um regime de governo *pro tempore*, ou seja, um sistema em que os governantes são escolhidos periodicamente pelo eleitorado, que pode, em intervalos regulares, pedir contas e impor mudanças. Nesse sentido, a figura do presidente e a representação da sua imagem institucional devem ser vistas não apenas como um reflexo da autoridade do Estado, mas também como um meio de facilitar a negociação e o equilíbrio entre os diferentes grupos sociais e

políticos que compõem a nação.

Se as fotografias oficiais têm o objectivo de cristalizar e catalisar emoções na sociedade e na esfera política, a figura deve ser cuidadosamente representada de maneira a equilibrar as exigências de grupos heterogêneos e, ao mesmo tempo, reforçar a legitimidade das instituições. Este equilíbrio torna-se particularmente relevante em contextos como o de Moçambique, onde a diversidade política e social exige uma gestão delicada da imagem institucional.

Por exemplo, no Brasil, há a percepção de que a fotografia de autoridades nas repartições públicas contribui para associar os serviços públicos à figura do governante. Contudo, essa prática tem sido objecto de contestação, uma vez que se defende a ideia de que as instalações e serviços públicos pertencem a todos os cidadãos, sendo administrados temporariamente por aqueles que ocupam cargos públicos. Em síntese, “instalações e serviços públicos são bens de todos os cidadãos, não cabendo às autoridades encarregadas, temporariamente, de sua administração, auferir dividendos políticos do simples cumprimento de seus deveres”<sup>6</sup>.

## EXEMPLOS INSPIRADORES:

# A Tanzânia e a África do Sul

O papel do Presidente da República pode apresentar desafios significativos, especialmente quando se busca conciliar a dimensão simbólica ou “deferente” da política, conforme descrito por Bagehot<sup>7</sup>, com o seu papel de chefe do executivo e líder partidário. O presidente, enquanto Chefe de Estado, deveria, em tese, estar acima das disputas partidárias, a fim de representar a unidade da nação e a estabilidade do governo. No entanto, a bus-

ca por promover o partido e o programa de governo pode ser percebida pelos eleitores como uma traição à sua função simbólica de unificador nacional.

Em Moçambique, o Partido Frelimo, que governa o país desde 1975, ano da independência, tem exercido uma influência decisiva na moldagem das instituições políticas nacionais, consolidando um sistema que muitos consideram caracterizado pela

partidarização excessiva do Estado. Esse debate sobre a partidarização do Estado, principalmente na sua interface, que é a administração pública, é particularmente relevante se considerarmos o facto de que, desde a fundação do Estado moçambicano, o Presidente da República tem sido também, coincidentemente, o líder do Partido Frelimo.

A Tanzânia oferece um modelo alternativo que merece destaque. No país, a figu-

<sup>2</sup> Além da recente crise, a história contemporânea de Moçambique tem sido marcada por vários períodos de conflitos pós-eleitorais, particularmente nas regiões centro e norte do país. Esses conflitos resultaram em diversos acordos, sendo o mais recente o Acordo de Maputo para a Paz e Reconciliação Nacional, assinado em 6 de Agosto de 2019, entre Filipe Nyusi e Ossufo Momade, então Presidente da República e Líder da Renamo, respectivamente. Este acordo culminou no processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) dos militares da Renamo.

<sup>3</sup> Em palavras simples, a polarização política traduz-se na formação de dois ou mais blocos dominantes, cada um com visões do mundo distintas e frequentemente conflitantes. Tal divisão pode também acarretar a criação de antipatia ou ressentimento entre os diferentes grupos. Segundo Gidron, Adams e Horne (2018), em países com sistemas eleitorais majoritários ou com muito desemprego e desigualdade, a polarização é maior - Gidron, N.; Adams, J.; Horne, W. “How ideology, economics and institutions shape affective polarization in democratic polities”. In: Anais Annual Conference of the American Political Science Association 114th, Boston, p. 1-46, 2018.

<sup>4</sup> Pahl, K.M. “Feeling Political Through Pictures: Portrayals of US Presidents, 1796–2020”. In: Frevert, U. & Pahl, K. M. (Orgs.). *Feeling Political Emotions and Institutions since 1789*. Palgrave Macmillan.

<sup>5</sup> Linz, Juan J. *The Perils of Presidentialism*. Journal of Democracy, Volume 1, Number 1, Winter 1990, pp. 51-69 (Article), accessed in: <https://www.ir101.co.uk/wp-content/uploads/2018/11/Linz-The-Perils-of-Presidentialism.pdf>

<sup>6</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/08/14/fotografias-de-autoridades-em-orgaos-publicos-podem-ser-proibidas>

<sup>7</sup> Bagehot, W. *The Tyranny of the Constitution*. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199640614.003.0003>

ra estampada nas paredes das instituições públicas não é a do presidente em exercício, mas sim a do presidente fundador, Julius Nyerere. Nyerere é amplamente reconhecido como um símbolo de unidade nacional, que transcende as disputas políticas contemporâneas. Sua imagem inspira todos os cidadãos, independentemente das suas afiliações partidárias, e reforça os valores fundamentais da nação. As contribuições de Nyerere na liderança da Tanzânia e sua significativa actuação no contexto da luta de libertação contra o colonialismo em toda a África são notáveis. Sua história se entrelaça com a da

África Central e Austral, sendo um dos líderes mais respeitados e admirados do continente.

De maneira similar, na África do Sul, Nelson Mandela ocupa um papel simbólico que transcende sua identidade como ex-presidente. Sua figura é reverenciada como um ícone de reconciliação, liberdade e unidade, representando os mais elevados valores da nação. Mandela tornou-se um guia moral para as gerações futuras, servindo como exemplo de integridade e compromisso com os princípios democráticos.

Um outro exemplo que ilustra essa questão de simbologia presidencial pode ser encontra-

do nos Estados Unidos, onde os presidentes iniciam os seus mandatos escolhendo uma fotografia do seu antecessor preferido para adornar a Sala Oval. Essa prática serve para sublinhar visualmente que o novo presidente ocupa uma posição na longa linha de sucessores que moldaram a história do país. Nos Estados Unidos, as fotografias presidenciais desempenham um papel importante. Elas não apenas estabelecem uma conexão emocional com o eleitorado, mas também transmitem a ideia de continuidade e excepcionalidade, reflectindo tanto a proximidade entre o líder e o povo quanto a singularidade da sua liderança<sup>8</sup>.

## A Proposta para Moçambique

As democracias, como qualquer outra forma de Estado, enfrentam o desafio de estabelecer uma comunicação eficaz com a população, especialmente em relação às suas emoções e aspirações. Contudo, ao contrário de outros regimes políticos, as democracias devem orientar essa comunicação com um propósito específico: fomentar a participação cidadã.

As imagens e representações nas instituições do Estado desempenham um papel crucial nesse discurso político, actuando como mediadoras entre o Estado e os cidadãos. As fotografias oficiais, por exemplo, não são apenas uma formalidade, mas um veículo simbólico de comunicação da própria instituição – Estado com a população.

No caso de Moçambique, os exemplos históricos discutidos anteriormente oferecem uma base para que o país inicie um debate público sobre qual figura histórica melhor encapsula os valores fundamentais da moçambicanidade. Esse processo de escolha deve ser conduzido de maneira ampla e democrática, reflectindo os consensos sociais e políticos que permeiam a nação.

A figura histórica escolhida deve ser um ícone que simbolize os princípios de integridade, unidade na diversidade, combate à corrupção e promoção da dignidade nacional. Trata-se de uma personalidade cuja trajectória inspire os moçambicanos a buscar os mais elevados ideais de serviço público, cidadania

e respeito mútuo.

Actualmente, o Presidente Daniel Chapo ocupa o cargo mais alto do Estado, mas, como ocorre com qualquer presidente em exercício, a sua figura está inevitavelmente associada às limitações e divisões políticas características do seu mandato. O intuito deste argumento não é colocar em questão a legitimidade da sua liderança, mas reconhecer que nenhum presidente, por mais legítima que seja a sua autoridade, pode personificar, de forma exclusiva, os valores eternos da nação. Esses valores transcendem as administrações temporárias e pertencem ao povo moçambicano, sendo perpétuos e independentes das figuras políticas que ocupam o poder.

## O Caminho a Seguir

A recente crise política e social que Moçambique tem enfrentado desde Outubro de 2024 oferece um ponto de inflexão para o país. Este momento crítico abre a oportunidade para uma reflexão profunda sobre os símbolos que realmente unificam a nação e que podem fortalecer o tecido social, ainda marcado por divisões históricas. O país precisa, portanto, iniciar um debate sobre o significado e a função dos símbolos nacionais, com especial atenção para a figura que representa os valores fundamentais da república. A exibição de uma imagem histórica que personifique esses valores poderia contribuir significativamente para o fortalecimento do sentimento de unidade nacional e para a inspiração das gerações futuras.

A questão que se coloca é: quem poderia ser essa figura para Moçambique? Poderia ser um líder histórico? Um herói da luta pela independência? Ou alguém cuja trajectória de vida tenha simbolizado os mais elevados princípios da nação? Trata-se de um debate que exige seriedade, participação pública e um processo deliberativo que vá além das questões políti-

cas imediatas, reflectindo os valores perenes que sustentam a nação.

Essa reflexão também deve levar em consideração a experiência de outros países, onde, apesar das mudanças políticas e da alternância de governantes, os valores que definem a identidade nacional permanecem intactos.

Nesse contexto, Moçambique precisa reflectir sobre qual figura histórica, possivelmente além do Presidente actual, poderia simbolizar a integridade, a unidade na diversidade, o combate à corrupção e a promoção da dignidade nacional. A escolha dessa figura histórica deve ser uma expressão do consenso popular, reflectindo os ideais que transcendem a política partidária e que são essenciais para o fortalecimento da democracia e da unidade nacional. Em um país como Moçambique, com uma história marcada por períodos de conflito e polarização, a necessidade de uma figura que transcenda o espaço político contemporâneo e unifique os diferentes grupos sociais é premente.

Há que ter em conta que, a organização buro-

crática de um Estado não é uma questão apenas técnica, mas também carregada de disputas de poder – entre grupos técnicos, especialistas de diferentes políticas públicas, políticos e a sociedade civil. A presença de uma figura histórica que represente os ideais fundadores do Estado pode ajudar a mitigar esses conflitos intraburocráticos, criando uma base comum de identidade e valores que oriente a acção estatal e fortaleça a coesão social. Como assinala Weber (2004), a legitimidade de um governo depende da capacidade de o Estado se apresentar como uma instituição capaz de representar os valores da sociedade, não apenas de administrar os processos técnicos da política pública<sup>9</sup>.

Portanto, o caminho a seguir para Moçambique passa pela definição e celebração de uma figura que represente esses valores imutáveis. Isso não apenas contribuiria para a consolidação da democracia e da paz social, mas também ajudaria a estreitar os laços nacionais, promovendo uma verdadeira unidade em tempos de desafios.

<sup>8</sup> Pahl, K.M. *Op. cit.*

<sup>9</sup> Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*. São Paulo: Editora Unesp



*Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.*

*Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.*

#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Autor:** CDD  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

